

PANAMÁ – Sessão entre comunidades: Credenciamento e acesso a dados não públicos de WHOIS pós-GDPR  
Terça-feira, 26 de junho de 2018 – 17h a 18h30 EST  
ICANN62 | Cidade do Panamá, Panamá

STEVE DELBIANCO: Por favor, tomem seus assentos, vamos começar em um minuto. Por favor, os que estão na sala, peço que tomem seus assentos. Boa noite a todos, sou Steve DelBianco, moderador dessa sessão sobre o processo de credenciamento e acesso a dados não-públicos do WHOIS. Como vamos lidar com a situação atual e como vamos avançar. Queremos diferenciar o painel que terminou agora, e esse. Vamos usar alguns slides, vamos tentar também ser muito específicos quanto aos papéis das três vias, essas três vias são as barras em azul no slide, a comunidade é uma, depois a organização da ICANN e as autoridades de proteção de dados. Da esquerda para a direita, é o cronograma e a comunidade da ICANN é muito importante, vou pedir que os panelistas expliquem que o credenciamento pode ocorrer através de procedimentos legais e orientações de órgãos de credenciamento fora da comunidade, provavelmente será fora da ICANN, e a outra é a parte que a ICANN pode controlar. Parte das políticas da ICANN para cumprir com essa solicitação. Temos apenas um ano para fazer o ePDP e ao mesmo tempo

---

**Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.**

---

tentamos obter orientações dos reguladores europeus. O que é feito, as coisas difíceis são feitas imediatamente na ICANN, mas o que é impossível demora mais tempo. Na sessão anterior, vocês viram o que foi feito quanto a especificação temporária. Os registradores e registros devem oferecer os dados para quem tem interesse legítimo. Isso está abaixo, à direita. Qualquer solicitação de interesse legítimo de receber direitos dos registrantes não públicos, a não ser o que esteja além disso. É muito complicado, diferentes partes utilizam padrões diferentes, e o que é um risco para as partes contratadas é tomar a decisão para o que é um interesse legítimo. Isso é muito caro. Já é caro para quem solicita os dados, porque dedicam muito tempo para conseguir isso, então vamos começar com uma introdução rápida. Goran Marby e John Jeffrey, CEO da ICANN, então, na semana passada a ICANN publicou um processo para um modelo de acesso unificado. Depois temos Fabrício Vayra, líder da equipe que vai fazer a minuta do modelo do ICBBC para o credenciamento. Depois temos Keith Drazek, da Verisign, e a Cathrin Bauer-Bulst, da Comissão Europeia, e do grupo de trabalho da segurança pública, que é um advogado envolvido com a ICANN desde sua criação, e disse que ajudou a resolver questões complexas que todos estamos tentando esquecer. Temos Rod Rasmussen, que é do grupo de trabalho anti-phishing e também do SSAC. O SSAC é o comitê consultivo

---

de segurança e estabilidade, e a Stephanie Perrin, que é do grupo ou do setor não comercial, e ela trabalha como profissional de proteção de dados do governo canadense. Então, cada um, eu vou fazer perguntas e pedir que respondam em dois minutos, para que possamos entender onde estamos e onde podemos chegar. A primeira pergunta, que eu vou começar com Stephanie, é quais são as características mais importantes que precisamos no modelo de acesso credenciado.

STEPHANIE PERRIN:

Em primeiro lugar, são definições claras. Já falei isso na sessão anterior. temos um universo paralelo aqui, como se fosse Alice no País das Maravilhas. Esse modelo é um instrumento de revelação de dados, então substitui o anterior de acesso total do ponto de vista de proteção de dados, isso deve ser visto como um instrumento para a revelação dos dados. Não determinamos os parâmetros de política que precisam ser definidos. Então, você como detentor dos dados, você tem responsabilidade para quem você vai revelar os dados, você precisa conhecer, deve ter práticas para identificar esse indivíduo, e você tem que acreditar que essa pessoa vai respeitar a legislação de proteção de dados. Com o GDPR, estamos indo além desse caldeirão, temos exigências específicas, então como são distribuir a responsabilização no caso de uma violação, quais são os

---

detalhes da retenção de dados? Se você não está verificando isso, não está fazendo um bom trabalho. Precisamos listar as coisas. Não podemos construir um modelo antes de sabermos exatamente o que estamos fazendo. Agora, Rod.

ROD RASMUSSEN:

Eu escrevi aqui, precisamos ter coerência entre as fontes, os métodos de entrega, os formatos usados, as regras aplicadas. As regras de acesso e de uso precisam ser claramente listadas e os processos bem definidos, e disponíveis aos vários usuários para que obtenham acesso e utilizem esses temas de dados. Então, temos que saber quais são os propósitos para usar esses dados. Deve fornecer os dados necessários apenas para aquele propósito, deve ser pontual, deve ser útil, devem ser responsabilizados todas as partes envolvidas. Elas concordam com os padrões, e devem cumprir com esses padrões. E essa privacidade por padrão é algo que tendemos a não usar na indústria do software. No SAC-3, diz que o WHOIS deve ser utilizável e acessível, e os serviços de WHOIS devem ter mecanismos para proteger a privacidade dos registrantes.

MICHAEL PALAGE:

Eu acho que há três características que buscamos. Uma é a prestação de contas. Deve haver a salvaguarda de

---

responsabilização para que os detentores de dados possam buscar um recurso quando um usuário autorizado excedeu o escopo legal e legítimo de seu uso. Todos os modelos propostos até agora propõem a negação de futuro acesso. Então, levam em conta só os que já foram prejudicados. Me lembro do DRP, onde estávamos tentando equilibrar os direitos dos donos das marcas registradas, e registrante de nome de domínio.

O segundo ponto é a data para habilitação, há 120 legislações diferentes nos diferentes países, é uma área dinâmica com várias complexidades. Precisamos envolver um sistema que maximize a certeza comercial para as partes contratadas, registros e registradores que terão que empregar esse sistema, e ao mesmo tempo levar em conta os direitos de privacidade dos detentores dos dados, tanto do setor público como privado, e o que não deve ser ignorado, o Goran falou nisso, e a Heather também, é a questão do orçamento da viabilidade econômica. Eu acho que nós temos lições a ser aprendidas em relação ao emprego da central de informações de marcas registradas, que podem ajudar. O que a sigla que Mark usou é ADR, resolução de disputas alternativa, então se tem uma noção de que as pessoas serão pagas se seus dados forem utilizados de forma não autorizada.

---

CATHRIN BAUER-BULST: Precisamos cooperar de forma construtiva e, honestamente, através desse processo, foi afanado aqui que elementos de recomendações do GAC não foram levados em conta, porque não estavam em conformidade com o GDPR, mas na verdade não aconteceu por questões práticas.

GORAN MARBY: Eu gostaria de dizer que isso não aconteceu.

STEVE DELBIANCO: Tenho quatro minutos entre você e John.

CATHRIN BAUER-BULST: Acho que vamos discutir isso lá fora.

GORAN MARBY: É importante dizer, a gente não pode discutir isso lá fora, tem que ficar registrado aqui.

CATHRIN BAUER-BULST: Então, voltando, as prioridades de acesso e credenciamento, isso foi discutido no GAC hoje de manhã, então é importante que o acesso seja pontual e confiável. Fizemos de um marco unificado e amplo, que dê certeza legal a todos os participantes.

---

O que deve haver é credenciamento, autenticação, acesso e prestação de contas, e outras questões importantes são o reconhecimento das forças da lei. Estão em uma categoria específica, e a ICANN não pode servir como autoridade de credenciamento especificamente de autoridades públicas. Quanto a autenticação, deve haver uma forma uniforme e fácil de refazer isso, de acordo com o padrão comum. Então, temos que ter, as exigências devem estar bem estabelecidas, e quanto ao acesso, devemos ter meios técnicos de usar a autenticação para saber como o acesso será gerenciado, e também temos que ver como essas regras serão utilizadas quando esses dados forem utilizados de forma maliciosa.

STEVE DELBIANCO: Então, eu gostaria de saber, você é da Comissão Europeia, da produção de dados, e do GAC na Europa. Como vocês se articulam?

CATHRIN BAUER-BULST: Você disse várias vezes: “Isso é a lei”, mas nós, nas instituições europeias, dizemos que o GDPR não proíbe o processamento de dados, mas que considere-se como esses dados são processados, e que seja feito por propósitos legítimos. Usamos quatro aspectos para obter o equilíbrio ótimo.

**GORAN MARBY:** Goran, Eu gostaria de fazer uma pergunta, não recebemos nenhuma informação da Comissão Europeia que deveria ser mantido o WHOIS aberto. Mas a Comissão Europeia disse que o que implementamos foi muito bom e foi reconhecido pelas DPAs.

**STEVE DELBIANCO:** Então, Cathrin vai Enviar um e-mail pra você. Keith Drazek, o que é crítico para esse modelo?

**KEITH DRAZEK:** Estou detectando questões aqui que estão surgindo, características mais importantes que identifico soa legais, precisa ser legal, possível de encaminhar, previsível e invariável. Qualquer modelo de credenciamento precisa ser baseado em princípios jurídicos e estar de acordo com a lei. Isso não é exclusivo do GDPR. Há outras exigências de proteção de dados ao redor do mundo que precisa ser cumprido. Isso deve ser escalonado, especialmente para os provedores, deve haver um padrão para que possa ser ampliado. Precisa ser previsível para os usuários, então os que tem um propósito legítimo, como as forças da lei, propriedade intelectual e pesquisadores, precisam ter uma implementação previsível, e tem que ser variável. Se



---

tivermos um modelo uniforme, unificado, ele deve ser variável para levar em conta diferentes jurisdições e grupos de usuários. Temos que poder modificar para acomodar diferentes interesses e jurisdições.

**STEVE DELBIANCO:** Então, se alguém for autenticado para propósito de certas jurisdições europeias, não se pode pressupor que também serão assim para o Brasil, por exemplo. Precisa ser variável para que possa haver o processo, e que haja conformidade.

**ALEX DEACON:** Eu acho que o mais importante é haver o marco, o mais rápido possível. Deve haver um acesso global unificado aos dados públicos, para aqueles que foram credenciados e autorizados, e isso deve ser operado de forma previsível e uniformemente em todos os serviços de RDAP. Nós, como quem faz as políticas, é importante lembrar qual é o objetivo, como isso vai ser implementado? Deve haver e haverá uma separação de implementação e elaboração de política, mas com nosso cronograma, é importante que informemos uns aos outros. A implementação, eu acho, será nossa tarefa e o RDAP e deve ser seguro. O que temos que perguntar é quem, por que, o que e onde. Quem recebe o credenciamento e quem está solicitando

---

os dados. O por que é a segunda parte da decisão, transmite os dados que foram solicitados. Deve haver uma proposta, uma indicação do interesse legítimo, então, WHOIS como nome de domínio, grupo de nomes e domínios, quanto depois de quem e por que vem o que, então, finalmente, o onde e quando.

Então, os dados são utilizados para investigar abuso, temos que garantir a auditoria por terceiros e garantir um sistema transparente que preste contas. É importante definir quem, o que, por que, onde e quando.

STEVE DELBIANCO:

Vocês já receberam essas perguntas antes? Então, provavelmente, o que Alex está dizendo, o credenciamento, vai acontecer fora da órbita ICANN. Então, devemos preencher a solicitação e as políticas devem estar estabelecidas para que aconteça.

FABRÍCIO VAYRA:

Para mim, o modelo de acesso e credenciamento não é para ser engraçado, eu acho que como organização e comunidade, muitas vezes esquecemos do fundo da questão, e os colegas mencionaram, tentam determinar o que deve ser incluído, mas temos que pensar que deve ser um modelo que ofereça processo de credenciamento que permita ao acesso, não

---

devemos esquecer disso. E outra coisa, seguindo a lista, é que precisamos de uniformidade, especialmente uniformidade na qual permitimos o acesso. Temos ouvido o dia inteiro algumas expressões, como fragmentação, ausência de uniformidade, e o modelo tem que resolver essas questões, por exemplo, isso vai nos permitir o acesso. Esses 30 questões, e não devemos esquecer que o mundo não deixou de funcionar, no dia 25 de maio, os profissionais de segurança que estão zelando por nossa segurança, tudo isso não parou dia 25 de maio. Precisamos de algo mais imediato, algo que seja para o ano de 2019, isso que eu acho.

GORAN MARBY:

Para mim, o mais importante é que a comunidade concorde com esse modelo de acesso unificado, independente do nome que escolhamos. Tenho muitas sugestões, foram rejeitadas, mas por outra parte, como disse alguém antes, quanto mais juntos estejamos para encontrar um modelo uniforme, melhor. Poderão haver diferentes legislações ou interpretações com diferentes tipos de acesso aos usuários, por exemplo, para os usuários de aplicação da lei, jornalista e investigação, para as forças policiais, outros. Por exemplo, é o que eu acho, não sou membro da comunidade, a comunidade talvez queira isso. E

---

também deve ser legal, proteger os direitos dos indivíduos. Não é uma questão simples.

Tem pessoas que dizem que a base legal de um modelo unificado não é fácil, então acho que devemos reunir-nos, trabalhar juntos com a Comissão Europeia, os estados membros da Europa e os DPAs para criar uma base legal. Quero parabenizar a Europol, que trabalha muito nesse sentido. Eles perceberam que têm os mesmos problemas que temos, por exemplo, que deve ser criada uma base legítima e legal. Devemos pensar também das perspectivas das bases contratadas. Temos uma assimetria não contemplada na lei, e essa assimetria é que vocês decidiram que as partes contratadas deveriam coletar os dados, e aqui não há interesse comercial em fazer isso, e a próxima assimetria é que a ICANN.org tem um uso limitado desses dados. Em contato com DPAs, têm nos informado, e para alcance das forças da lei quando eles pedem informação para investigação, a parte contatada talvez tenha notificado a parte investigada. São muitas situações possíveis e diferentes que deveríamos considerar e trabalhar juntos. Não temos uma proposta de modelo unificado. Só devemos pensar numa base legal, a partir da qual teremos muitas perguntas possíveis por parte da comunidade.

STEVE DELBIANCO: Muito obrigado, Goran, por esse comentário. Podemos então ter uma primeira carta que reconhece este diálogo entre a ICANN e reguladores europeus, determinando não a segurança legal, mas reduzindo o risco de acesso ao WHOIS, obrigatório, não público, que se dê contra o GDPR. Precisamos de orientação, e tudo isso pode acontecer nos próximos meses, teremos o ePDP.

J.J., mais alguma coisa a ser mencionada sobre a perspectiva da ICANN?

JOHN JEFFREY: Sim, acreditamos que recebemos artigo 29 e também das recomendações das DPAs, e também do trabalho do grupo de Berlim. Sabemos que há diferenças a respeito das recomendações do GAC. Eu gostaria de poder entender isso mas, por exemplo, se o registro de pessoas jurídicas e físicas, se suas situações são comprometidas, se as consultas podem ser anônimas ou se precisam ser registradas. São questões diferentes que devemos entender, e deve haver clareza nesse sentido, vai ser muito útil para nós e também para as partes contratadas, para que possam implementar. É essencial que entendamos, criar um modelo de acesso, e as partes contratadas digam, por exemplo: “Temos ouvido algo diferente

---

da parte dos DPAs”. Então temos que ter cuidado com as comunicações, é uma coisa muito importante. Então, devemos aqui tentar estreitar essa lacuna.

STEVE DELBIANCO: Sim, seria muito útil a questão da clareza e uniformidade. Fabrício, o que você acha sobre a organização ICANN proponha um modelo unificado de acesso? Eu gostaria de ouvir você sobre maneiras em que isso poderia ser aprovado.

FABRICIO VAYRA: Primeiramente, gostaria de mencionar o que o modelo representa, e que a ICANN agora esteja pensando num processo isso é muito positivo, e Goran, você, John Jeffrey e eu tivemos conversas muito interessantes durante a reunião em Porto Rico, e tenho revisado a carta, sim, e acho que para que possa ser melhorada, devemos ir além do marco de discussão, e para isso devemos pensar um pouco nos diferentes elementos que temos revisado nos últimos três meses quando criamos um documento A47 sobre credenciamento, seria muito útil utilizar esses dados para poder criar a parte, o aspecto do texto, que temos conversado com Goran e o grupo.

---

Acho que esse é um exemplo muito bom de uma comunidade trabalhando muito, com muitas contribuições, e deveríamos utilizar essas contribuições a nosso favor.

STEVE DELBIANCO: Sim, vemos algumas experiências no painel anterior, interessantes, amanhã também, mas aqui, eu estou pensando no modelo comunitário de credenciamento versão 1.6 que não é o modelo comunitário, e estamos pedindo que a comunidade participe e devemos participar de forma construtiva, nessa troca para que esse trabalho seja construtivo. Essa versão tem a ver com a estrutura do modelo proposto.

FABRICIO VAYRA: Sim, na última sessão me comprometi com isso. Nas próximas semanas, com um modelo que rastreie tudo isso, e que seja fácil de entender e gerir.

ALEX DEACON: Esse é um bom ponto e um bom momento para começar, devemos continuar trabalhando, e o modelo de acesso unificado foi criado para avaliar a segurança jurídica e esse trabalho importante deveria continuar e eu acho que devemos exercer pressão sobre todo o trabalho que foi feito antes, e esse foi o acesso para credenciamento, versão 1.6, foi um grande esforço recente com o documento SSAC 101, um esforço

---

enorme, e concordo com o que foi mencionado antes, que Fabrício disse, que qualquer modelo que seja discutido na comunicação deve utilizar uma linguagem e marco que sejam claros, e realmente comparem elementos similares.

Eu sou engenheiro, sei que devemos ter muito cuidado com a segurança jurídica.

KEITH DRAZEK:

Quanto ao modelo de acesso uniforme, estou pensando em como esse modelo pode ser melhorado, e quero reconhecer o trabalho feito, o valor de tentar continuar pedindo por mais orientações por parte dos DPAs, reconheço o trabalho feito pelo IPC e BC, também Michael Palage, que está por aqui, realmente houve trabalhos muito bons para continuar com esse trabalho sobre credenciamento e acesso, com contribuições muito valiosas com o trabalho, de elaboração de políticas na comunidade. E, o que Alex disse antes, o quem, o que, o por que, o quanto, e o como, isso tudo deveria ser discutido num processo de elaboração de políticas, um segundo PDP ou via de trabalho futura para o conselho, ainda estamos discutindo sobre a formação do conselho do GNSO, e aqui precisamos ter uma discussão de políticas na comunidade mais ampla nos próximos meses, e alguns elementos estão fora da incumbência da ICANN. A certificação dos órgãos de credenciamento, que



---

determina o que é uma questão pendente, e que provavelmente não estejam na dependência da ICANN. Acho que aqui o GAC vai ter uma função muito importante na elaboração de política.

CATHRIN BAUER-BULST: Concordo com o que foi dito, essa discussão é muito útil, especialmente quanto ao GAC, realmente está trabalhando e se preocupa muito com essa questão, devemos trabalhar urgentemente e gostaríamos de ver progressos rápidos na questão da aplicação da lei e também em garantir o acesso a outras pessoas que tenham propósito legítimo, e também a maneira que acessamos os dados, simples e uniforme.

Keith se referiu a outros modelos elaborados pela comunidade com um certo nível de detalhe, e que não foram incluídos nesse marco, especialmente para obter uma boa orientação por parte dos DPAs. Precisamos de mais detalhe no trabalho, neste marco, explicar por que algo é feito, por que é necessário, qual o propósito legítimo, e quanto mais detalhes poderemos fornecer, melhor. Mais uteis serão nossas contribuições para o modelo. Devemos trabalhar ainda mais, e recheiar todas as partes que estejam ainda vazias.

Eu aceito isso, mas você está colocando a responsabilidade na gente. E nós vamos aceitar e sabemos que muitas vezes o

---

trabalho da gente é em resposta a perguntas. Há três áreas que recomendo para melhorias potenciais no modelo da ICANN, primeiro a prestação de conta, o componente ADR, e num componente ADR eu proponho incluir algumas das compensações financeiras e também, 100 dólares, por exemplo.

Stephanie mencionou que era pouco. Antes tínhamos leis de privacidade, e essa acho que deveria ser algum tipo de desincentivo para os maus atores. Segundo, acessibilidade, e uma das áreas que eu não concordo sobre os modelos de BRC, IPC, ter os dados disponíveis para os registradores e os registros. Os registradores se encontram em posição melhor para proteger os dados como um goleiro, e acredito que isso está em consonância com orientações de Hamilton sobre privacidade dos contratos. Também temos proteção dos clientes de futuros abusos, e a localização das legislações, por último, a transparência. Uma das coisas que realmente gostaria de parabenizar sobre, ou complementar sobre o modelo IPC, BC, o apêndice, o anexo em qualquer modelo futuro, quando um autor faz uma solicitação, deve fazer isso através do RDAP e especificar a base do uso legítimo. Então, se houver desafio quanto ao sujeito dos dados, devemos voltar às perguntas.

---

ALEX DEACON: Já mencionei antes. É um excelente começo, eu acho, a gente pode partir daí, e então da perspectiva do SSAC, com os SAC-101, uma das recomendações foram modelos de acesso, muito obrigado, isso tem a ver com o que conversamos, e ver qual é o entendimento errôneo. Eu acho que alguns problemas, quando se fala em melhorar o modelo, eu acho importante esclarecer o acesso das forças da lei, ciber-segurança, para a proposta de investigação. Isso tem já um efeito amedrontador, por que estão recebendo solicitação? Então, conversamos isso no EWG, há formas de fazer isso. Acho que seria importante esclarecer isso. Outro detalhe, vou falar aqui como EPWG, não sou o líder, sou um dos líderes, e estamos elaborando um código de conduta, então eu vou corrigir aqui. É o órgão autenticador, seria responsável por monitorar a conformidade, não sei se é possível, ainda há muitos detalhes que podem ser esclarecidos.

STEPHANIE PERRIN: Primeiro ponto, o que queremos dizer com modelo de acesso unificado? Essa é uma palavra bastante geral, se você fala que é interoperacional, acho que é uniforme, e não unificado, uma questão contextual. Há 30 anos, as autoridades de proteção de dados, dizem que isso varia com país, propósito e circunstância. Não gosto da palavra unificada, e me traz ao ponto 2. Vamos por favor seguir os processos da ICANN. Isso surgiu pouco antes da

---

reunião, não tivemos nenhuma informação como grupo, representamos a sociedade civil e usuário final, então precisamos de uma lista de exigências ou requerimentos para ver o projeto de governança de internet que já existe, vamos continuar na nossa análise, e desculpe eu parecer um pouco crítica, precisamos saber o que vai acontecer no ano que vem. Acho que a maneira errada de agir, não temos contribuições da comunidade e nem o consenso, e vamos consultar as DPAs sobre isso? Acho que não é adequado.

STEVE DELBIANCO:

Goran, é com você e J.J., vocês devem reconhecer que agradeceram à ICANN, agradecemos o gesto e o esforço, sabíamos que vocês sabiam que tomar esse primeiro passo, vocês iam ser bastante atacados, mas fizeram muito bem, porque isso começa.

GORAN MARBY:

Não apresentamos o modelo, estamos tentando obter uma orientação legal para a comunidade discutir. Estamos seguindo o princípio do Calzone, a Comissão Europeia solicitou-nos que fizéssemos isso, e nós apresentamos o modelo Calzone, escrevemos sobre isso, então quanto a questão dos nomes, podemos encontrar. Não quero revelar que a proposta de nome

---

era um sorvete de caramelo com sal, mas o que temos aqui é um modelo contraditório, questionar mesmo que todos acordassem, não poderíamos implementar porque há contradições.

Em primeiro lugar, gostaríamos que vocês nos dessem informações, para nós informarmos aos DPAs. Eu gostaria de enfatizar, vocês têm suas próprias formas de entrar em contato com as DPAs. Quando se falam da Comissão Europeia, na verdade a Comissão Europeia tem três partes, uma parte que elaborou a lei e não está aqui, a Cathrin representa os interesses, dentro da Comissão Europeia, que são as forças da lei, e há um coordenador, acho que é importante vocês serem informados para se encaixar no nível correto. O convite foi para conversar sobre isso. EU gostaria de enfatizar, e já mencionei, foi muito importante a organização que recebemos das DPAs. A Comissão Europeia, especialmente o DG Connect ajudou muito, foi muito bom e através do modelo multisetorial. Agora, é o reverso, quais dados devem entrar no Calzone? E nesse mundo assimétrico, como que as pessoas vão ter acesso? Prometi mais ou menos, e muitos não estavam de acordo, era obter uma assessoria jurídica do artigo 29, isso é difícil, precisamos que a União Europeia, especialmente o J.J., nos digam.

---

**STEVE DELBIANCO:** Então, se o J.J. concorda com o último orador, qual seria a forma preferível de implementar o modelo? Vou começar com a Stephanie. Sugeri três ideias, talvez fizessem outra especificação temporária, talvez o GNSO elaborasse uma política via um ePDP, e encontrar uma forma que a ICANN discutisse com os reguladores europeus, para ver as especificidades necessárias para que o conselho da GNSO e a comunidade elaborem um método de acesso. Então, Stephanie, qual seria sua forma preferida de implementar um modelo?

**STEPHANIE PERRIN:** Em primeiro lugar, eu era diretoria de pesquisa em políticas do órgão de privacidade do Canadá. Então, se alguém me escrevesse dizendo que não estava nos conformes com a lei, por 20 anos, eu ia ficar muito chateada. Isso temos que levar em conta, a legislação de privacidade de outros países. Como implementar isso? Eu acho que deve ir para o GNSO, primeiro elaboramos a política e depois a implementação. Como falei na sessão anterior, há um preço a ser pago por estarmos atrasados. Se você quer ser uma organização que preste contas, multisetorial, não se pode esperar que as pessoas se multipliquem em cinco.

O que vai acontecer é que vai acabar havendo exaustão dos voluntários.

STEVE DELBIANCO: Imagine como fiquei aborrecido. A gente não precisa nem imaginar, a gente já sabe.

ROD RASMUSSEN: A implementação, não tenho nenhuma opinião formada, como é que essa salsicha vai ser fabricada, só sei que precisamos da salsicha, então temos, será que devemos fazer outra especificação temporária, uma separada? Acho que a grande questão aqui é fazer com que as pessoas trabalhem juntas. Foi muito frustrante, especialmente com a interação com as autoridades de proteção de dados da União Europeia, e então a questão é, será que vamos acordar a forma como abordar as DPAs? No EWG, temos trabalhado com as autoridades europeias em como compartilhar dados de cibersegurança, então precisamos estar alinhado nesse processo para atingir os objetivos de implementar os sistemas. Acho importante termos uma coordenação e objetivos compartilhados. Você falou do SSAC e o GAC também foi convidado para participar desde o início ao invés de simplesmente uma recomendação no final.

Mencionei ontem, o SSAC também enviou carta à GNSO, então recomendando que os membros participem do processo da

---

GNSO, antes, desde o início, para que possamos esclarecer questões.

MICHAEL PALAGE:

Temos que olhar o que aconteceu na história, há relação inversa entre a maturidade da comunidade da ICANN e sua capacidade de agir de forma pontual. Eu gostaria que todos fossem ao site da GNSO, temos uma carta que lista os PDPs que foram realizados, e faz mais de uma década que um PDP foi concluído dentro de um ano. Eu lembro do trabalho de 2008, o que aconteceu é, enquanto o PDP estava ocorrendo, havia várias solicitações de serviços de registros, solicitando que os operadores de registro resolvessem o problema. Temos que ver o que foi tido pelo True Calls, que utilizou pilotos, temos que pensar fora da caixa.

Se não conseguirmos atingir nosso objetivo como comunidade em relação a esse ePDP, isso vai levar ao risco de que esse nosso processo de consenso.

STEVE DELBIANCO:

Eu entendo o que você diz, a minha mulher diz a mesma coisa, quanto mais velho fico, menos eficiente.



---

**CATHRIN BAUER-BULST:** Eu gostaria de esclarecer que o papel da Comissão Europeia não tem esse papel, e sim as autoridades de proteção de dados. Não represento aqui meu departamento, represento a Comissão Europeia. Estamos fornecendo conhecimento e orientação o máximo possível, utilizando reuniões, teleconferências. Como implementar essa especificação? O acesso é parte dessa especificação. Então, a gente pode utilizar uma especificação em separado, o GAC é da opinião que não podemos esperar até o final do ano ou próximo maio para que haja o progresso. De qualquer forma, deve ser parte da política geral do WHOIS, então esse modelo não deve terminar na redação, deve cobrir o processamento de dados não públicos que vai acontecer depois disso. Então, registrantes usuais precisam de certa segurança sobre esse processo.

**STEVE DELBIANCO:** Você poderia, então, por favor, dar um exemplo de um órgão de credenciamento adequado, por exemplo, para as forças da lei? Se você pudesse dar um exemplo, você poderia ajudar a começar esse processo? Estamos pensando em trabalhar com isso dentro dos estados membros.

KEITH DRAZEK: Então, como implementar modelo de acesso? Acho que sem dúvida deve ser pela comunidade através da GNSO, com participação de outras partes da comunidade. Gostaria de lembra-los que se esperarmos que as partes contratadas e o espaço de GTLDs tenham novas responsabilidades e implementem o modelo de credenciamento e acesso, deve ser resultado da política de consenso. É a única forma. Muito importante lembrar que a GNSO é onde esse tipo de trabalho é feito, e o conselho está deliberando qual seria o melhor caminho. O ePDP, será que deve ser incorporado dentro do PDP atual, das especificações temporárias? Acho que a ideia de ter outra especificação temporária não é boa, eu acho que na verdade é desnecessário. Então, acho que não devemos ter um ePDP no modelo de acesso, o conselho da GNSO tem hoje o poder de acionar um ePDP sem que haja essa especificação temporária. É um componente muito importante do trabalho a ser feito. Disse que é um trabalho da GNSO mas será um esforço da comunidade realizado através de um PDP da GNSO, e a ICANN é fundamental nesse aspecto como participante ativo, talvez haja necessidade de assessoria jurídica, e a comunidade deve ser informada dessas conversas entre a ICANN e as DPAs. Não falamos só de GDPR, mas de um modelo uniforme de acesso interoperável, independente da palavra, mas deve ser flexível para lidar com variações em termos de jurisdição.

STEVE DELBIANCO: Obrigado, a especificação temporária, não estamos iniciando um processo de consulta, mas para iniciar o cumprimento com acesso ao credenciamento imediato sem esperar um ano. Como dito no painel anterior, se não for cumprido, poderemos ter problemas.

KEITH DRAZEK: Continuando com o que foi dito antes, registradores e registros devem fazer algumas coisas. Deve fornecer acesso para fins legítimos e sabemos que os registradores devem coletar e transferir dados, ser custódios desses dados, para termos à disposição para fins legítimos. A ICANN disse claramente que vão aplicar tudo isso para o cumprimento, mas a especificação temporária não disse, nessa parte do diagrama. Se um grupo de solicitantes fornece tokens de autenticação, não haverá mandato para que todos tenham. Se a especificação temporária funciona, devemos considerar na GNSO.

ALEX DEACON: Eu tinha uma opinião muito forte sobre o que vamos utilizar para que isso funcione. Acredito que a especificação temporária, o processo da GNSO e o processo deve continuar, especialmente quanto a credenciamento e acesso, está no escopo do PDP, e se

---

não for incluído, o esforço será incompleto para o WHOIS cumprir com o GDPR.

STEVE DELBIANCO: Alex, mas antes você não mencionou que o PDP vai fornecer credenciamento, isso vai ser por órgãos de credenciamento respeitados pelos reguladores da União Europeia.

ALEX DEACON: Sim, devemos trabalhar no credenciamento, mas não por causa do conselho, o conselho vai assumir que o credenciamento vai oferecer um token, isso que estou dizendo.

FABRÍCIO VAYRA: Antes de responder, quero falar sobre o que Stephanie disse. Quando falaram em uniforme, e não unificado. Uniforme significa unificado, uma aplicação uniforme para as diferentes partes, e para diferentes coisas, há pessoas que fazem uma solicitação sem receber aplicação uniforme da lei, por isso falo em uniformidade e não em unificado. E quanto ao que Stephanie falou, concordo no sentido de que DPAs não devem ser afetadas por isso, e como pertenço a uma firma que representa 50 empresas mais importantes do mundo, eles não foram até as DPAs e perguntaram como funcionam os GDPRs.

---

Eles consultaram com os advogados. É o que as organizações fazem. Acontece que devíamos fazer isso porque não podíamos continuar tendo organizações, companhias, empresas que estivessem contra a lei e oferecer uma resposta não uniforme sobre o mesmo processo. Concordo que quanto a implementação, temos opções. Ver o que temos aqui hoje, aprofundar, ou chegar a uma nova especificação temporária. Mas dizer que não temos tempo é inaceitável, porque o artigo 29, quando escreveram, e faz parte da assessoria, disse que é bom ter o modelo, mas devemos ter acesso a ele. Uma das coisas solicitadas à ICANN era completar o modelo de acesso. Esperando que vocês completem de forma obrigatória para as partes contratadas, para que possa ser aplicado e validado pela ICANN. Vocês que estão na diretoria já sabem disso, falamos há uns meses, e concordo com o Alex, que seria realmente muito bom se pudéssemos começar esse debate, e determinar a posição de cada um de nós, evitar o consenso da comunidade, que não existe. Todos estamos de acordo com o credenciamento, com acesso, mas devemos realmente começar a trabalhar. Esse não é meu modelo, precisamos de um só.

**STEVE DELBIANCO:** Obrigado, Fabrício, J.J., Goran, vamos concluir com essa rodada e passaremos a perguntas remotas. Se tiverem perguntas, levantem a mão, mas primeiro Goran vai falar e depois J.J.

**GORAN MARBY:** Eu gostaria de reconhecer a relação e a melhoria com o artigo 29 e os DPAs. Recebemos muitas cartas mas melhorou o relacionamento. Quero mencionar uma carta que começou antes, do que reconhecemos as funções importantes que cumprem o serviço do WHOIS. Uma declaração importante porque solicitamos uma oratória, não foi aceita, mas disseram que os órgãos de proteção de dados poderiam considerar as medidas e métodos adotados, na hora de terminar uma regulação apropriada em relação a essas reclamações, mas houve mudança depois, porque não somos os únicos, recebi de um amigo meu que não vou dizer quem é, que a América do Norte e União Europeia, Reino Unido, Ásia, e algumas instituições financeiras estão esperando da Grã Bretanha e da Ásia uma isenção a essa nova regulação tão dura. Estamos tentando tratar assuntos mais complexos, e uma prorrogação. Ainda faltam orientações sobre como implementar tudo isso, e isso me faz sentir à vontade, porque há outras organizações com os mesmos problemas. E muito do que elas expressam não são companhias grandes.

STEVE DELBIANCO: Sim, agora o microfone 3 no público.

HADIA EL MINIAWI: Keith mencionou no início da sessão que esse devia ser um modelo variável e escalonado do ponto de vista jurídico. Na minha opinião, o que apresentamos, o fato de ser variável não é um objetivo, tem que ser um modelo com mesmo nível de proteção do interesse de todos os usuários do mundo. Esse deve ser o objetivo, e eu, se precisarmos disso, ser um modelo variável, não é uma boa expressão porque vamos ter modelos variáveis, mas devemos sempre lembrar que nosso objetivo é um modelo que dê o mesmo nível de proteção aos direitos e interesses de todos os usuários.

KEITH DRAZEK: Sim, obrigado pelo comentário. Acho que o objetivo é oferecer proteção às pessoas físicas, seus direitos, mas também deve estar em consonância com os requisitos jurisdicionais e legislações locais. Entendo o que você disse, sabemos que é uma consideração chave, obrigado.

---

**STEVE DELBIANCO:** Quando Keith fala em variáveis, pode ser mais previsível do que ele é. Quando falamos de uma pessoa, em termos de variáveis, para ser o regime brasileiro, que é mais protetor que o europeu, e as solicitações da Europa serão rejeitadas. Microfone 2.

**VOLKER GREIMANN:** Eu prestei atenção sobre como deveria ser o modelo, mas não vi que deveria ser proporcionado, não ter um objetivo superior ao exigido ou que possa cumprir, então não deveria ser um modelo para que não signifique grandes custos para alguém que receba 12 solicitações por mês, ou um sistema automatizado.

**STEVE DELBIANCO:** É a questão do custo, quando exigidas, as partes contatadas, deveríamos responder as consultas e considerar uma quantidade para pensar em termos de proporcionalidade.

**GORAN MARBY:** Estamos tentando pensar qual seria o custo de tudo isso. Alguém, antes, disse que ninguém deveria pagar por isso, mas há um custo vinculado para criar um veículo de credenciamento, tudo custa dinheiro, 5, 6 milhões de dólares, e deve ser mantido também.



---

Mas a intenção aqui não é gerar um sistema barato, mas ter alguma orientação jurídica que também seja a comunidade que indique. Não estamos na outra ponta, depois de saber qual é o custo, vamos ter que fazê-lo mas devemos impor restrições orçamentárias. Aqui é importante seguir o que diz a lei e a política da comunidade. Vamos ter que, sim, claro, utilizar algum dinheiro, e aqui temos a resposta do Rod, do Alex, e do Mike.

ROD RASMUSSEN:

Uma das palavras que pensei antes, é o termo “prático”. O que formos implementar, deve ser prático. Deve haver proporcionalidade, se eu não disse isso antes, peço desculpas, e toda a solução não pode fazer com que a solução técnica seja excessiva, e isto tem a ver com um bom projeto e qualquer assessoria que fosse contra isso, nunca vai ser boa.

STEVE DELBIANCO:

Sim, talvez uma taxa variável por consulta, se não houver volume suficiente para arcar com o custo fixo.

ALEX DEACON:

Sim, se pudéssemos falar sobre a implementação num fórum de políticas, se vocês me permitem, a tecnologia para implementar

---

fica aberto, um código que foi redigido, gostaria de vê-lo, e gostaria de estudá-lo, para determinar se pode ser utilizado pela comunidade. Isso vai garantir uma uniformidade, capacidade global para responder, aceitar solicitações, e os custos compartilhados, o que faria que o custo seja mais baixo.

MICHAEL PALAGE:

O custo deve ser levado em conta. Pediria à ICANN que analisasse e enquanto for avançando com qualquer modelo, é a necessidade de métricas, medições para fazer acompanhamento do uso indevido e das finanças. Acho que é importante para levar em conta em qualquer modelo de implementação.

FABRICIO VAYRA:

Eu concordo, porque é uma grande oportunidade nessa discussão da comunidade, e o modelo versão 1.6 oferece coisas que Alex já mencionou, uma tem a ver com conteúdo do RDAP, e isso está aberto faz um tempo, se fizermos um debate com a comunidade, para determinar se é tecnologia e código aberto, que seja proporcional ou não.

ROD RASMUSSEN:

Deve ser prático, para que as pessoas façam solicitações.

STEVE DELBIANCO: Microfone 1, 3, e acabamos.

MILTON MULLER: Milton Muller, Georgia Tech. É uma questão muito urgente e deve ser implementado imediatamente, mesmo que não se pense com cuidado. O que Keith Drazek falou, o que já está na especificação temporária que você deve fornecer acesso. É de acordo com a convenção comercial, federal, isso já foi dito ao painel do GAC, é necessário fornecer acesso. Acho que o Elliott Noss estava certo a enfatizar a necessidade no meio tempo de haver mecanismos de mercado dos registradores para desenvolver mecanismo de acesso, não há forma de haver uma política unificada, em menos de um ano. Acho que temos que pensar nisso, se for feito em quatro meses, não vai funcionar, vai haver litígio. Acho que temos que nos acostumar, vai ser implementado em 12, 18 meses, se acontecer.

STEVE DELBIANCO: A urgência não é para o acesso fornecido hoje, era de ter um acesso uniforme, confiável e obrigatório.

---

**GORAN MARBY:** Acho que o Milton tem razão em relação ao cronograma. A simetria é que hoje as partes contratadas têm a responsabilidade legal pro suas bases de dados. Acho que elaborar um marco aceitável pelas DPAs vai permitir um acesso unificado. Falei várias vezes e vou falar de novo, acho que o maior desafio é conseguir uma orientação, e vai afetar o cronograma. Vai ser muito difícil ter uma solução de última hora.

O que achei importante no painel anterior, que coisas podem ser feitas e consertadas rapidamente quanto ao acesso individual, para que seja mais fácil. Vamos ter que cambalear muito, e juntos. Podemos ter assessoria jurídica e depois fazer o que quisermos. O que existe hoje é que não podemos ter um acesso unificado, e a terceira alternativa é não ouvir ninguém. Como que vamos testar legalmente se não tivermos uma orientação jurídica? A estratégia, o mapa mental, por assim dizer, deve ser feito.

**STEVE DELBIANCO:** Então, aqui, a indicação é de uma assessoria legal.

**STEPHANIE PERRIN:** Quero falar algo que não foi mencionado até agora. O GDPR é baseado em direitos humanos fundamentais. Leis de proteção

---

de dados têm ligação com os direitos constitucionais naqueles países, então quando esses casos vão ao tribunal, precisam utilizar esses direitos. Acho que a gente poderia ou deveria fazer uma avaliação de impacto de direitos humanos ou pelo menos na privacidade. Deve ser parte do processo, e quando fico reclamando, falando do processo, acho que é algo que deixamos para trás.

JOHN JEFFREY:

Antes de passarmos para a próxima pergunta, vamos tentar incluir todas as perguntas e comentários e se você mandar os seus comentários para o [GDPR@icann.org](mailto:GDPR@icann.org), isso pode ser levado em conta em comunicações formais com as DPAs. Pode ser parte do que estamos falando.

JAMES BLADEL:

James Bladel, grupo de registrador. Eu acho que Goran falou sobre as pressuposições, sempre parece que há uma ponte para 24 de maio, e precisamos formalizar, mas acho que não é esse o caso. Concordo um pouco com Milton nessa questão. Minha preocupação, vi vários comentários propondo que possa haver outra especificação temporária e ele levantou muito bem essa preocupação. Acho que outra especificação temporária seria o reconhecimento que essa comunidade fracassou e que o

---

modelo é incapaz de abordar esse problema. Há outros mecanismos no nosso contrato para a negociação direta, obviamente ninguém ia gostar disso aqui mas acho importante que podemos fazer que a coisa funcione bem.

**KAVOUSS ARASTEH:** A coisa mais importante seria respeitar as legislações nacionais. Isso não será subordinado a um grupo específico de países. Há 205 países e territórios. Não precisamos basear tudo na Comissão Europeia, não temos representantes. Eu acho que somos ambiciosos demais de fazer as coisas em quatro meses. Se você quer um acesso uniforme, confiável e obrigatório, é importante ter contribuições de toda a comunidade da ICANN e não de apenas um grupo específico de países. Olha a Ásia pacífico.

**STEVE DELBIANCO:** Eu entendi, mas a questão é essa, o Marco está sujeito à legislação local, de cada país. Gostaria de agradecer aos panelistas pela sessão de hoje, gostaria de agradecer a todos e à equipe da ICANN que nos ajudou. Um aplauso ao painel, encerramos a sessão.